

ATA DA 351ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA
Realizada em 11 de junho de 2018

Aos onze dias do mês de junho de dois mil e dezoito, às treze horas, teve início a trecentésima quinquagésima primeira Assembleia Ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – **CEDCA - PE**, na sua sede, localizada na Rua das Ninfas, 65, Boa Vista, Recife, PE. Registra-se a presença dos seguintes conselheiros: **Arnaldo** Garcia de Alencar **Sampaio**, titular da Associação de Caratê *Goju-Ryu* de Pernambuco; Roberto Franca Filho, titular do Gabinete do Governador; José Rinaldo Carvalho da Silva e Silvan José Gonsalves Ataíde, titular e suplente da Secretaria de Desenvolvimento Social- **SDS**; Eduardo Gomes de Figueiredo, titular da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos - **SJDH**; Mallon Francisco Felipe R. de Aragão e Tarciana S. Castelo Branco, titular e suplente da Associação de Desenvolvimento e Ação Social de Itaquitinga – **ADASE**; Carmem Lúcia Galvão e Maria José Galvão Guedes de Oliveira, titular e suplente da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude – **SDSCJ**; Nelino José Azevedo, titular da Secretaria Estadual de Educação - **SEE**; Romero José da Silva, suplente do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – **GAJOP**; Natuch Pinto de Lira, suplente do Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social – **CENDHEC**; Luana Chiara B. de Souza, suplente da Secretaria de Planejamento e Gestão – **SEPLAG**; Maria de Lourdes de Andrade V. Vinokur, titular do Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor – **CEDAPP/Pesqueira - PE**; Hemi Monique Vilas Bôas de Andrade, Centro de Integração Empresa Escola de Pernambuco – **CIEE/PE**. Registra-se a presença da equipe técnica do **CEDCA/PE**: Rosa Barros, Ana Leão, Kalline Gabrielle da Silva, Sheila Marques, Jacqueline Bezerra, Evanilson Alves de Sá, Ermínia D'Oliveira, Marcia Maria Santos de Souza, Geraldo Roberto de Souza, Irani do Carmo Silva. Registra-se também a presença de Maria Luciana da Silva, Secretária da Controladoria Geral do Estado – **SCGE-PE**; Laura Luzia de B. Lima, **COMDICA** - Lagoa de Itaenga/PE; Fernando Bezerra Mariano, Conselho Tutelar de Igarassu/PE; Silvino Neto, **Fórum Estadual DCA**; André Torres, **Conselho Tutelar**. Iniciando os trabalhos, após verificar o *quórum*, o Presidente do Conselho, Arnaldo Sampaio, procedeu a leitura da pauta e submeteu ao regime de votação a ata da Assembleia Extraordinária Ordinária 150ª, sendo aprovadas sem ressalvas. Prosseguindo, o conselheiro da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos – **SJDH**, alegando questão de ordem, provoca reflexão sobre o fato da assembleia anterior ter sido gravada e transmitida ao vivo por um representante da Associação de Conselheiros Tutelares. Após as discussões, deliberaram-se pelo o encaminhamento da demanda à Câmara de Comunicação, para com a Assessoria Comunicação, definir como deverá se processar o fluxo das comunicações no Conselho. Em sequência, a **Câmara de Planejamento, Orçamento e Finanças** recomenda a aprovação do Relatório Financeiro **CEDCA/PE – Maio/2018**, aprovado por unanimidade. O conselheiro do **CENDHEC** destaca que o governo, até a presente data, não se pronunciou quanto **Fonte 101**, demandando da Diretora Executiva solicitar informação ao governo. Prosseguindo, a **Câmara Temática de Políticas Públicas** propôs os seguintes encaminhamentos: 1. Ofício CEDCA/PE nº 67/2018 – Recomendações resultantes da Avaliação do Plano Estadual Decenal de Atendimento Socioeducativo – **PEDAS/2016**, oficiar a **SEPLAG**, esclarecendo que não se trata do alinhamento do planejamento e monitoramento do **CEDCA/PE**, mas do **PEDAS/PE**; 2. Criar um fluxo para desencadear informações para que o governo tome conhecimento das decisões do CEDCA/PE, 3. Solicitar o agendamento de uma reunião com a **SEPLAG**; 4. Socializar o Requerimento nº 4729 – deputada Priscila Krausa para os conselheiros, para que possam proceder a leitura e pautar na próxima assembleia; 5. Oficiar o Gestor da DPCA, para

prestar esclarecimentos sobre os serviços prestados, destacando a necessidade de assegurar o funcionamento, 24h, da delegacia especializada para que possa atender crianças ou adolescentes vítima de ameaça ou violência; 6. A encaminhar a ata e o relatório do Conselho Tutelar de Fernando de Noronha em conjunto com o CEDCA/PE à administração de Fernando de Noronha, solicitando as devidas providências administrativas cabíveis no que se refere ao afastamento da conselheira tutelar Maria do Carmo Menezes; 7. Conforme Plano de Trabalho, o cronograma de desembolso do Projeto Conhecer para Fortalecer, dar-se-á em três parcelas, estando, assim, a liberação da segunda parcela condicionada a apresentação do Relatório de Execução da primeira parcela; 8. Identificar quais conselheiros compõe Comitê do SIPIA/Conselho Tutelar; 9. Incidir na Justiça Eleitoral solicitando liberação das urnas para eleição dos conselheiros tutelares; 10. Promover campanhas em articulação com os conselhos de direitos sobre a importância dos conselhos tutelares; 11. Ao Sociopedagógico elaborar instrumental para inscrição das entidades de atendimento socioeducativo e remetê-lo à Câmara de Medidas Protetivas e Socioeducativas para parecer; 13. A Assessoria Jurídica, com subsídios do sociopedagógico, elaborar minuta de resolução disciplinando o processo de inscrição das entidades e seus respectivos planos de trabalho; 12. Aprovação do texto do edital para o processo de escolha suplementar de conselheiros tutelares de Fernando de Noronha; 13. Ao Departamento Sociopedagógico e Assessoria Jurídica definir o cronograma para o processo de escolha suplementar de conselheiros tutelares de Fernando de Noronha; 14. Oficiar o representante do Ministério Público Estadual no Distrito Estadual de Fernando de Noronha, Dr. Eurico de Barros Correia, para que possa acompanhar o processo de escolha suplementar para conselheiro tutelar de Fernando de Noronha; 15. Convocar reunião, para o dia 23 de julho de 2018, com representantes da Secretaria Estadual de Educação – **SEE/PE**; Secretaria de Defesa Social – **SDS/PE**; Secretaria de Justiça e Direitos Humanos – **SJDH/PE**, Secretaria Estadual de Saúde – **SES/PE**; Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude – **SDSCJ/PE**; Secretaria Executiva de Assistência Social – **SEAS**; e representante da Administração do Distrito Estadual de Fernando de Noronha, com o objetivo discutir a possibilidade de implantação ou implementação de políticas estruturadoras de âmbito intersetorial e transversal, visando ao fortalecimento do Sistema de Garantias de Direitos, com ênfase na garantia de direitos humanos de crianças e adolescentes. 16. Encaminhar o relatório do Ministério Público do Trabalho sobre o trabalho infantil aos Conselhos Municipais de Direito de Criança e adolescente, Secretarias Municipais de Educação, solicitando informação sobre o plano municipal de enfrentamento e erradicação do trabalho infantil; 17. PPCAM – solicitar a SEDH e ao IEDS o plano de trabalho em vigência – Convênio 021/2014, prazo de execução 17/03/18 a 20/04/19; 18. Solicitar detalhamento dos recursos por ano/aditivos dos governos federal e estadual; 19. Alertar para que o plano de trabalho - 2019 do PPCAM seja apresentado para aprovação pelo CEDCA/PE, antes de ser enviado ao governo federal; 20. Ao CEDCA/PE colocar em pauta o aumento do percentual de adolescentes incluídos no PPCAM; 21. Solicitar o aumento da inserção de adolescentes egressos do sistema socioeducativo/internação no PPCAM; 22. Ampliação da malha de proteção da criança ou adolescente com a família; 23. Discutir outras formas de acolhimento institucional; 24. Ampliar as discussões sobre acolhimento institucional e família substituta. **Todos os encaminhamentos da Câmara de Políticas Públicas foram aprovados por unanimidade.** Continuando, passou-se aos encaminhamentos da **Câmara Temática de Medidas Protetivas e Socioeducativas**: Para conhecimento, o conselheiro do GAJOP apresenta o termo de audiência da Ação Civil Pública – CASE/Abreu e Lima; em sequência sugere encaminhar a Nota Técnica GAJOP – sobre o **impacto** econômico do aumento do tempo de internação para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em privação de liberdade, ao CEDCA/PE encaminhar o documento aos deputados estaduais, federais e senadores de Pernambuco e ao Gabinete do Governador; Comissão Institucional do SINASE/PE socializar, no pleno, o ofício encaminhado

pela SEDH; Proposta de esvaziamento progressivo do CASE/Abreu e Lima, matéria já deliberado pelo conselho; solicitar a Secretaria de Micro e Pequena Empresa, Trabalho e Qualificação: 1. Proposta pedagógica das atividades desenvolvidas na Unidade da Funase; 2. O cronograma das atividades; 3. Orçamento disponível na SEMPETA para realização das atividades; Coordenação da Comissão Intersetorial do SINASE, ofício nº 35/2018, SDSCJ/PE, ao Departamento Sociopedagógico para parecer. **Os encaminhamentos da Câmara de Medidas Protetivas e Socioeducativas foram aprovados por unanimidade.** Em seguida a conselheira Tarciana Castelo Branco apresentou o Relatório da Visita ao Distrito Estadual de Fernando de Noronha. Após a apresentação foi instituída a relatoria para estudar a viabilidade de implantação do Conselho de Direito em Fernando de Noronha, ficando sob a responsabilidade do conselheiro Roberto Franca. O conselheiro Mallon Aragão apresentou a relatoria sobre a realização das conferências, colocando a disposição do Conselho Minuta de Resolução para aperfeiçoamento; como resultados da reunião apresentou o seguinte: 1. Com diretriz central, decidiu-se pelo fortalecimento regional com a realização de seis conferências regionais: uma na Região Metropolitana; uma na Zona da Mata; duas no Agreste, meridional – Garanhuns e Central - Caruaru; duas no Sertão, Serra Talhada e Petrolina; ao CEDCA escolher as crianças e adolescente que participarão da organização das conferências, mediante solicitação aos conselhos municipais; 2. Elaborar resolução instituindo a comissão; 3. Criar as condições para realização da Educomunicação; 4. A Comissão será constituída pela Mesa Diretora do Conselho, acrescida dos seguintes conselheiros: Romero Silva e Tarciana Castelo Branco, conselheiros da Sociedade civil; Carmem Galvão e Nelino Azevedo, conselheiros governamentais, tendo como presidente o Conselheiro, membro da mesa diretora, Mallon Aragão. Voltando à Socioeducação o conselheiro Natuch Lira propõe que seja solicitado a Funase os seguintes documentos: 1. Proposta pedagógica das ações realizadas; 2. Orçamento; 3. Cronograma de atividades e que sejam encaminhados para sociopedagógico, Irani Carmo, para firmar parecer. Ainda a técnica Irani Carmo, levantar um conjunto de informações sobre abuso e exploração sexual de adolescentes nas unidades de internação, e, na próxima assembleia, encaminhar ao pleno. Ficou também instituída a relatoria, sob a responsabilidade da conselheira Lourdes Vinokur, para definir o arcabouço, o padrão, a ser seguido pelos planos em processo de elaboração pelo Conselho. Fica ainda criada a relatoria, sob a responsabilidade de Tarciana Castelo Branco, para realizar estudos sobre as associações de conselheiros tutelares, de caráter regional, para assim, definir a quem pertence as representações demandadas pelo CEDCA/PE. Participação no IV Encontro Regional do Sertão Pernambucano de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares, a ser realizado na cidade de Petrolina/PE, nos dias 20, 21 e 22 de junho de 2018. Na ocasião o pleno decidiu pela indicação dos conselheiros Arnaldo Sampaio e Tarciana Castelo Branco, devendo a Diretora Executiva providenciar passagens, diárias e inscrição no evento. Finalizando, o Presidente agradeceu a presença e contribuição de todos e deu por encerrada a Assembleia.

Arnaldo Garcia de Alencar Sampaio
Presidente do CDCA/PE